

## “OS LABIRINTOS DA BIBLIOTECA NACIONAL”: TRAJETÓRIA POLÍTICA DO LUGAR DE MEMÓRIA BRASILEIRO

“THE MAZES OF NATIONAL LIBRARY”: POLITICAL HISTORY OF THE BRAZILIAN PLACE OF MEMORY

Luciana Grings  
Vera Dodebei

**Resumo:** A pesquisa busca traçar a trajetória da Biblioteca Nacional do Brasil na política do país desde o Império, a fim de investigar as causas de seu atual posicionamento dentro das políticas culturais adotadas pelos mais recentes governos que, segundo a documentação discutida, a colocaram em uma situação bastante desfavorável em termos de recursos estruturais, financeiros e de pessoal. Para tanto, adota os conceitos de lugar de memória, biblioteca nacional, patrimônio, simbólico (na obra de Castoriadis) e política cultural. Com a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, a Real Biblioteca veio também e aqui ficou, mesmo depois da proclamação da Independência, sendo comprada por 800 contos de réis. Desde a sua chegada até hoje, a coleção já passou por três endereços, estando no momento alocada num prédio inadequado, com diversos problemas estruturais, e com capacidade de armazenamento há muito esgotada. Com mais questionamentos do que conclusões, os dados já coletados apontam para um entendimento de que a Biblioteca Nacional, enquanto instituição da memória literária e cultural do país, aparenta uma robustez que, no entanto, não é justificada por suas atuais funções de preservação da produção intelectual e de acesso às informações ali conservadas.

**Palavras-chave:** Biblioteca Nacional (Brasil). Memória coletiva. Patrimônio cultural. Política cultural.

**Abstract:** The research traces the history of the National Library of Brazil in the country's politics since the Empire, in order to investigate the causes of its current position within the cultural policies adopted by the recent governments that puts it in a very unfavorable situation in terms of structural resources, finances and personnel. To do so, adopts the concepts of place of memory, national library, heritage, symbolic (in Castoriadis works) and cultural policy. With the arrival of the Royal Family to Brazil in 1808, the Royal Library also came and stayed here even after the proclamation of Independence, being bought for 800 contos de réis. Since its arrival on Brazil, the collection has gone through three addresses and is currently allocated in an inadequate building, with many structural problems, and storage capacity have long exhausted. The thesis is still at an early stage and so far brings more questions than conclusions, but points to an understanding that the libraries, as institutions, appear robustness that does not actually have.

**Keywords:** National Library of Brazil. Collective memory. Cultural heritage. Cultural policy.

### 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, estamos apresentando o início de uma pesquisa na qual tentamos delinear a trajetória política da Biblioteca Nacional do Brasil<sup>45</sup>, o lugar de memória nacional por excelência, e compreender as razões de sua decadência enquanto instituição referencial

---

<sup>45</sup> Daqui em diante, também tratada como “Biblioteca Nacional”, “FBN” ou “BN”.

cultural e biblioteconômica. Enquanto isso, procuramos estabelecer relações entre as políticas públicas de cultura ao longo do período de existência da Biblioteca Nacional e seu entendimento social e institucional como patrimônio da nação. Para tanto, trabalhamos essencialmente com as categorias de lugar de memória de Pierre Nora, com a evolução do conceito de patrimônio e patrimonialização, com a definição de biblioteca nacional, o conceito de imaginário e com as políticas culturais no Brasil a partir do estabelecimento da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, época em que a Biblioteca Nacional foi fundada.

Toda a revisão bibliográfica já iniciada servirá como pano de fundo para um debate: de um lado, a documentação, os relatórios, o que foi escrito e publicado sobre a Biblioteca Nacional; de outro, a voz do poder público responsável por ela desde a sua constituição como Fundação. Para contrapor a pesquisa bibliográfica, entrevistaremos os cinco Presidentes da Fundação Biblioteca Nacional, desde 1990, para tentar compor um quadro de seu entendimento do que é uma biblioteca nacional e seu ponto de vista sobre sua própria gestão da Biblioteca.

Para ilustrar a presença da Biblioteca Nacional no imaginário do país, iniciamos a discussão com um exemplo: em uma das novelas exibidas na televisão em 2014<sup>46</sup>, uma mãe recusa-se a contar um segredo de seu passado à filha, que desconfia que o segredo seja um estupro. Para confirmar suas suspeitas, ela resolve buscar as informações que puder encontrar nas fontes históricas disponíveis – e, para tanto, diz à melhor amiga que nem tudo que precisa está na Internet e que está indo “num arquivo lá no Centro, pra pesquisar uns jornais de época”.

Reconhecível para aqueles que a frequentam, estava lá, travestida de “arquivo lá no Centro” do Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional do Brasil em cena. O belo vitral coberto pela claraboia do saguão central está escondido atrás de uma lona protetora com a logomarca da instituição – exigências de uma reforma há muito tempo necessária e prometida, e que finalmente está em andamento. A personagem se dirige a um balcão de atendimento fictício, e, não só fictícia como irrealisticamente, a recepcionista informa que vai entregar-lhe os microfilmes desejados para consulta num instante.

---

<sup>46</sup> “Em Família”, novela de Manoel Carlos exibida de fevereiro a julho de 2014 (EM FAMÍLIA, 2014)

FIGURA 1 – *Printscreen* de cena da novela “Em Família”

No *hotsite* de visualização dos capítulos da novela, na exibição da cena 11 é possível identificar a claraboia do hall central da Biblioteca Nacional coberta pela lona. Fonte: <http://gshow.globo.com/novelas/em-familia/capitulo/2014/4/19/clara-nao-consegue-parar-de-pensar-em-marina.html>

Evidentemente, é desnecessário e contraproducente incluir numa cena de ficção para o grande público toda a burocracia envolvida na pesquisa dentro de uma instituição como a Biblioteca Nacional. Entretanto, a discussão de profissionais bibliotecários e usuários da Biblioteca em torno do episódio nas redes sociais gerou debates e angústias<sup>47</sup>. Foi boa ou ruim esta exposição? Os leitores, frequentadores da Biblioteca, exigirão igual atendimento em suas demandas reais? Foi dado o devido reconhecimento ao trabalho lá desenvolvido? Esta cena serve de modelo para o atendimento na Biblioteca Nacional e em bibliotecas em geral? E, talvez a mais importante de todas as indagações, por que escolher a Biblioteca Nacional como cenário para uma exibição de menos de um minuto no horário nobre da televisão brasileira?

Para além de sua eventual relevância, estas questões servem para indicar que nem na ficção televisiva, disseminadora de informação e entretenimento para as massas, a representação das instituições culturais brasileiras – sejam as bibliotecas da vida real ou os arquivos das novelas - é feita de modo adequado e realista. O ideal seria que a ação desmistificasse a aura de recurso restrito que ainda paira sobre as bibliotecas e fomentasse a

<sup>47</sup> O perfil da Fundação Biblioteca Nacional no Facebook publicou duas postagens a respeito das gravações da novela, na semana entre 12 e 19 de abril de 2014. Juntas, as postagens tiveram 560 “curtidas” e quase 40 comentários, além de mais de 180 compartilhamentos. As opiniões foram diversas e trouxeram à tona não só a questão da “identificação” dada à BN, como o tratamento dado aos usuários regulares que por vezes são impedidos de fotografar, ou a falta de livros nas cenas gravadas. O comentário mais comum, entretanto, foi o elogio à beleza do cenário. Fonte: <https://www.facebook.com/bibliotecanacional.br?fref=ts>

vontade de utilização destes espaços. Entretanto, em casos específicos como o da Biblioteca Nacional, a tarefa de aproximar o público da instituição é mais complexa porque envolve a lida com o simbolismo particular da instituição, emprestado não só por sua história mas por sua corporeidade.

É muito comum, e necessário, haver instituições simbólicas para que profissões e profissionais tenham um norte, uma diretriz a seguir. Podemos entender esta estrutura, de uma biblioteca líder em um sistema de bibliotecas, como parte da ordem social apontada por Bourdieu (1996, p. 117). O autor aponta que a ordem arbitrariamente determinada assim permanece, reconhecida e ajustada num esquema de classificação estrutural imposto, objetiva e politicamente. Na Biblioteconomia, em nível mundial, as instituições encarregadas do papel de liderança são as bibliotecas nacionais – órgãos que vêm sofrendo de um desprestígio não só diante da sociedade como dentro da própria classe bibliotecária. Lord Dainton iniciou o prefácio ao livro de Humphreys (1987, p. vii) afirmando: “Em quase toda parte as bibliotecas nacionais estão em crise”. Jannice Monte-Mór, Diretora-Geral da Biblioteca Nacional durante praticamente toda a década de 70, também em 1987 observava:

[...] obedecendo a fenômeno generalizado que atingiu as bibliotecas nacionais, gradual e progressivamente a BN perdeu prestígio, eficiência; travada pela burocracia, desatualizaram-se suas coleções e técnicas, adquirindo uma lamentável imagem de organismo esclerosado. (MONTE-MÓR, 1987, p. 168).

Mas nem sempre foi assim: houve épocas em que a Biblioteca Nacional, apesar de todas as suas dificuldades, permaneceu ativa e na liderança da Biblioteconomia brasileira. Hoje em dia, contudo, o quadro é de um aparente apagamento quase que completo da BN, e das bibliotecas como um todo, na pauta das políticas de cultura nacionais. Novamente, é Monte-Mór quem aponta que uma das causas desse apagamento pode estar na própria formação dos bibliotecários:

A transferência [do curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional para a Unirio] provocou, possivelmente pelo distanciamento físico, igual e progressivo distanciamento conceitual de “BIBLIOTECA NACIONAL” para os estudantes de Biblioteconomia. Qual é o seu significado? Pergunta raramente respondida com acerto. Em decorrência, formam-se profissionais distanciados informativa e afetivamente do real valor deste patrimônio. (MONTE-MÓR, 1987, p. 170. Grifo da autora)

## **2 BIBLIOTECA NACIONAL: MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO**

Não é de hoje que a Biblioteca Nacional presta serviços iconográficos às produções televisivas brasileiras, tanto na ficção, como vimos anteriormente, quanto em documentários e trabalhos jornalísticos. Suas salas já foram o gabinete da juíza vivida por Bruna Lombardi na novela “Roda de Fogo”, de 1986 (MEMÓRIA, 2013a); o analfabeto Vicente, interpretado por

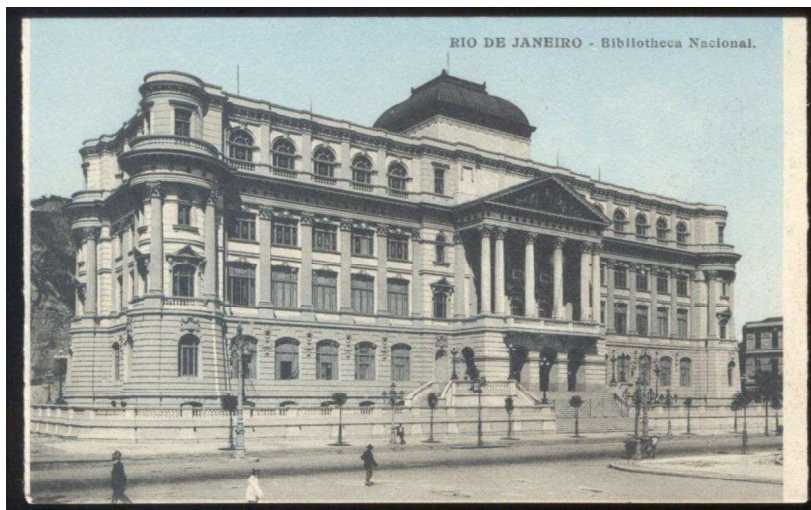
Pedro Paulo Rangel na novela “Sabor da Paixão”, de 2002, também foi tentar entender o mundo dos livros percorrendo as estantes da Biblioteca (MEMÓRIA, 2013b). Quanto aos documentários, é quase impossível nominar todas as produções que lá foram ambientadas: passando pelo documentário de 2006 “Uma Palavra”, sobre Chico Buarque, até o recente “Chumbo ainda mais quente”, episódio do programa Observatório da Imprensa sobre o golpe militar de 1964 (TV Brasil), inúmeras produções se aproveitaram da força imagética da coleção da Biblioteca para posicionar o trabalho numa atmosfera de credibilidade intelectual.

Com toda esta presença iconográfica e documental, afirmar que a Biblioteca Nacional é o lugar de memória por excelência da cultura brasileira parece ser um lugar comum: o site da instituição (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2014) informa sobre seu acervo de quase nove milhões de peças, entre livros, periódicos, material iconográfico e musical, dentre outros, o que a coloca na posição de maior biblioteca não só do país como da América Latina. Dito isto, todo o entendimento da Biblioteca ocorre como um patrimônio *per se* e como detentora de um patrimônio em constante crescimento e reconfiguração; a biblioteca é o local onde se estabelece a mais clara dualidade documento/monumento de que nos fala Le Goff (1996): ela é, em si, um monumento ao documento.

De fato, o prédio da Biblioteca é inegavelmente monumental. Seu projeto, de autoria do marechal Souza Aguiar, exhibe contornos que não negam sua influência militar: sua aparência de fortaleza, com torres laterais e robusta estrutura, foi executado em cinco anos e inaugurado em 1910. Orgulhosamente de frente para a cena cultural carioca do início do século XX, cravado em plena Cinelândia (alcunha do entorno da Praça Floriano, só consolidada duas décadas depois), na também novíssima Avenida Central, vizinho do novíssimo Theatro Municipal e do Museu Nacional de Belas Artes, o majestoso prédio secular exhibe internamente estilo eclético, com influências variando do neoclássico ao *art déco*. Era uma época de efervescência cultural e o prédio foi construído ali não por acaso: enquanto Sevckenko (1983) narra a tentativa do governo republicano de aproximar a atmosfera da parte central da cidade do modelo francês, urbano e cosmopolita, de circulação de intelectuais e literatos e discussões políticas em profusão, debatendo a Nova República e seu projeto de governo, Moraes (1987) comenta que o prefeito Pereira Passos achava que se tinha de “construir alguns edifícios públicos monumentais, para enfeitar a cidade e enfeitar aquele largo ali” (p. 6). Junto com os demais prédios “públicos monumentais” que cercam a Cinelândia, o prédio da Biblioteca Nacional foi tombado como patrimônio nacional pelo

Iphan em maio de 1973<sup>48</sup>; entretanto, seu acervo ainda permanece com o status de tombamento provisório, desde 2002, no Instituto Estadual do Patrimônio Cultural.

FIGURA 2 – Biblioteca Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro.



Projeto de Francisco Marcelino Souza Aguiar. Inaugurada em 1910. Foto de Marc Ferrez, 1910.

Acervo privado.

Quando visto com mais profundidade, entretanto, o projeto do edifício revelou-se rapidamente um fragoroso fracasso. Projetado para armazenar 400 mil volumes, sua estrutura e plantas “não poderiam ser mais inadequados” para uma biblioteca, na opinião emitida por Rubens Borba de Moraes na década de 40, em relatório vindo a público somente na década de 70 (MORAES, 1974, p. 104), e era “péssimo”, assim chamado por Jannice Monte-Mór (TV BRASIL, 1974), para ficarmos apenas em dois de seus diretores. À época de sua construção, o então diretor, Manuel Cícero Peregrino da Silva, foi convidado a visitar as obras e notou imediatamente a falta de salas de leitura. Rubens Borba de Moraes conta:

[...] em 1909, quando a construção do prédio estava quase pronta, o diretor da Biblioteca Nacional foi convidado a visitar as obras. Depois de percorrê-la perguntou pela sala de leitura. O engenheiro, muito assustado, respondeu que não sabia que era preciso uma sala de leitura na biblioteca... Fez-se então um "puxado" nos fundos do prédio... É claro que um edifício construído por notável engenheiro militar no estilo de fortaleza do tempo de Vauban e nas condições que dissemos não poderia, e nunca poderá ser, um prédio para biblioteca. (MORAES, 1974, p. 102)

<sup>48</sup> Processo 0860-T-82, em que foram tombados também, entre outros, o edifício do Museu Nacional de Belas Artes e o edifício do Teatro Municipal. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>

Hoje em dia, decorridos mais de cem anos de sua inauguração, a construção apresenta, visíveis até para o visitante comum, diversos problemas estruturais e estéticos: descascamento de pintura interna e externa, esquadrias degradadas pelo tempo, vidros rachados e quebrados, infiltrações, rachaduras nas claraboias que ocasionam entrada de água nos salões – situação denunciada há muito por Moraes (1974). Em função do excesso de peso – os 400 mil volumes previstos por Souza Aguiar no projeto já foram superados há décadas –, a estrutura do prédio também está comprometida. Espera-se que com a reforma em curso, cujo início a novela referida no início deste ensaio exibiu, alguns dos problemas sejam resolvidos.

É interessante notar como uma instituição dotada de tanto prestígio e simbolismo, como veremos a seguir, pode ter uma história recheada de tantos infortúnios. Um esboço rápido do histórico da Biblioteca Nacional do Brasil remonta, evidentemente, à Real Biblioteca portuguesa, recolhida por D. José I depois do terremoto seguido de incêndio que devastou Lisboa em 1755. Nesta fatalidade, quase toda a coleção da biblioteca perdeu-se, e com o empenho de D. José, uma nova coleção ergueu-se no Palácio Real português. Este acervo já contava com cerca de 60 mil peças no ano de 1807, quando D. João VI, Príncipe Regente, embarcou para o Brasil com sua Corte, fugindo da invasão napoleônica. As obras foram embarcadas posteriormente, em três etapas, de 1810 a 1811. Para acomodar a coleção, D. João designou primeiramente o Hospital da Ordem Terceira do Carmo, localizado na Rua Direita (hoje Av. Primeiro de Março), em frente ao Paço Imperial. Verificando a precariedade do local, logo determina a mudança para as catacumbas da mesma Ordem. Este ato, datado de 29 de outubro de 1810, é considerado o ato fundador da Biblioteca Nacional – uma das primeiras instituições de cultura em solo brasileiro (CARVALHO, 1994), se não a mais antiga (LAGO, 2005).

Com a segunda remessa dos livros da Real Biblioteca veio Luís Joaquim dos Santos Marrocos, ajudante da Real Biblioteca que aqui chegou com a incumbência de ser o “bibliotecário do Rei”, alcunha pela qual é conhecido até hoje. Em suas cartas, enviadas à família entre 1811 e 1821 e da qual há transcrição no v. 56 dos Anais da Biblioteca Nacional, estão relatos preciosos do tratamento dado ao acervo ainda à época da Corte. É dele, por exemplo, o pedido ao pai para que enviasse “uma cópia do sistema de classificação bibliográfica feita pelo Dr. Antônio Ribeiro dos Santos para a biblioteca pública: são papelinhos aqui de muita estimação, pois é terra de tudo estéril” (CARTAS, 1938, p. 46). Luís Marrocos também tinha uma aguçada perspectiva de conservação do acervo: propôs que se enviassem as duplicatas do acervo para uma biblioteca pública na Bahia, uma vez que já não cabiam no espaço da então Biblioteca e estariam fadadas à deterioração.

Com a Independência, proclamada em 1822, o bibliotecário responsável à época, padre Joaquim Damaso, não quis permanecer no país e retornou à Biblioteca da Ajuda em Portugal, levando consigo muitas das obras da Real Biblioteca ou “ao menos uma boa cópia deles” (CABRAL, 1878, p. 159). A parte do acervo que aqui ficou foi “comprada”, a título de indenização a Portugal, por 800 contos de réis, uma soma significativa para a época. Antes de mudar-se para sua sede atual, em 1910, a Biblioteca ainda teve outro endereço. Foi na Rua do Passeio, para onde a Biblioteca Imperial e Pública mudou-se em 1858, na administração de Frei Camillo de Monserrate. Vinte anos depois a Biblioteca ganhou o nome de Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Ainda assim, a Biblioteca Nacional é uma instituição permanentemente em reconfiguração, vivida de um ponto de vista coletivo: de seu atendimento, de seus serviços, do afeto e da afeição que desperta em seu público, da acumulação de materiais e conhecimentos que constantemente altera o status de seu acervo – ou de seu patrimônio, melhor dizendo. As instituições hoje denominadas “bibliotecas nacionais” tiveram suas origens oficiais nas coleções – ou seja, nos patrimônios – das famílias reais europeias, na época medieval. O melhor exemplo é a Biblioteca Nacional da França, considerada a primeira biblioteca nacional, cuja coleção foi iniciada no século XIV e foi aberta ao público no século XVIII (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2013). Por serem acervos literalmente ricos, de peças raras e exuberantes, uma das funções mais primordiais destas bibliotecas sempre foi a de preservação de suas peças, o que ocorreu em paralelo com a consolidação dos Estados Nação europeus. Apesar da presença das bibliotecas ditas nacionais no cenário biblioteconômico ser reconhecida há sete séculos, foi somente na segunda metade do século XX que elas tiveram seus *status* consolidados. Em 1958, teve lugar em Viena o Colóquio sobre Bibliotecas Nacionais da Europa, cujo objetivo era

reavaliar a biblioteca nacional como instituição, a fim de verificar como ela se ajustou às mudanças sociais e como alguns dos conceitos tradicionais que permeiam suas atividades foram afetados pela sempre crescente produção de materiais impressos e as exigências da pesquisa moderna. (UNESCO, 1958, p. 1)

Curiosamente, dez anos antes do Colóquio, o escritor Josué Montello foi nomeado Diretor-Geral da Biblioteca Nacional do Brasil. Em seu discurso de posse, ele afirma que “Não devemos confundi-la [a biblioteca nacional], em seu sentido moderno, com uma biblioteca pública, que tem sentido e orientação diferentes. [. . .] Aqui não se cogita, como na biblioteca pública, apenas do leitor do nosso tempo, mas também do leitor dos tempos que hão de vir.” (MONTELLO, 1948, p. 6-7). Ou seja: já na primeira metade do século XX,

existia uma consciência tácita do papel essencialmente preservador de uma biblioteca nacional.

Com a revisão das recomendações e conclusões do Colóquio de Viena por ocasião da Conferência Geral da Unesco de 1970, consolidou-se a visão de que bibliotecas nacionais eram aquelas que, basicamente, serviam de depositárias da produção intelectual de um país e daí elaboravam produtos e serviços não só para o público, mas principalmente para a rede de bibliotecas da qual deveria ser líder. Até esta prerrogativa, em 1842, correu o risco de ser retirada da Biblioteca Nacional: uma iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) propôs que a autoproclamada “casa da memória brasileira” fosse a depositária legal da produção editorial em território nacional (GUIMARÃES, 1988).

Já o conceito de patrimônio é antigo e remonta, em especial, a formação da Igreja cristã, quando iniciou a acumulação de bens que demonstrassem devoção, como relicários, terços e demais artefatos. Entretanto, a percepção de que era possível não só montar um conjunto monumental/documental com características comuns, mas que este conjunto constituiria uma narrativa identitária de uma nação, ocorreu somente quando do nascimento dos Estados-Nação, notadamente na Europa, em meados do século XVIII. Neste momento, diversos conceitos constituintes de pequenas populações, ocupantes de um mesmo território, foram agrupados pela noção de uma única identidade nacional, cujo pilar principal era o seu patrimônio, ícone material de sua história e existência.

A patrimonialização pode ocorrer para “inventar” uma história e forjar uma identidade nacional que evoque características mais positivas, mais em concordância com os ideais professados por aquele grupo encarregado da narrativa patrimonial no momento – uma construção narrativa, em suma, que estabeleça uma representação de nação. Muito antes dos eventos que culminaram com a Revolução Francesa – ocasião em que a França se reinventou e se estabeleceu como Estado-Nação (CHUVA, 2009) -, o país já contava com o que se designa a primeira biblioteca nacional dentro dos modernos conceitos que norteiam estas instituições – apesar de que, conforme conta Darnton (1987), a produção de literatura ilegal e cinzenta grassava livremente na França pré-revolucionária e esse material provavelmente passou ao largo do depósito legal, a disposição legal que obriga todo impressor a enviar pelo menos um exemplar de sua produção para compor o que se propõe a ser um espelho da produção intelectual de um país.

Ao falarmos de um local de memória, como o é a Biblioteca, é impossível escaparmos da lembrança dos escritos de Pierre Nora (1993) a respeito. Embora fortemente calcados num momento histórico particularmente pontuado na história francesa – o aniversário da

Revolução – algumas de suas colocações são importantes para entendermos a dinâmica do local de memória que aqui referimos e tentamos compreender. Para Nora, um lugar de memória só funciona deste modo se estiver imbuído de uma aura simbólica; ou seja, pode não necessariamente ser um lugar em si, mas um objeto ritualístico ou um minuto de silêncio. Para Walter Benjamin (2012), por exemplo, seu lugar de memória crucial era sua coleção de livros, da qual ficou apartado durante todos os anos em que permaneceu em fuga pela Europa. Quando finalmente pôde estar de novo de posse de sua biblioteca, descreveu o ato de desembalar as caixas e encontrar cada capa, cada lombada, como um ato de memória amoroso da formação de sua coleção e de si mesmo como colecionista. De volta aos lugares de memória de Nora, para eles três facetas convergem, em maior ou menor grau: a material, a simbólica e a funcional. Constituídos por um jogo entre história e memória e embebidos da vontade de memória – caso contrário, são apenas lugares de história -, cabe aos lugares de memória a tentativa de refrear o esquecimento e acumular sentidos, sem perder sua vocação para a constante metamorfose e ressignificação.

### **3 BIBLIOTECA NACIONAL: DIMENSÃO SIMBÓLICA**

É notável a recorrência de uma expressão neste texto, costurando toda a fala sobre a significação de uma Biblioteca Nacional não só como representante da identidade de um país como no seu papel de liderança e representação junto à comunidade bibliotecária: a dimensão simbólica presente nas várias facetas da instituição. A fluidez com que o simbólico perpassa o discurso sobre a Biblioteca não ocorre à toa. Ao iniciar o texto trazendo elementos de ficção situados num cenário real, buscamos colocar também em jogo a perspectiva do imaginário que envolve a Biblioteca Nacional além das três facetas colocadas por Nora em seus lugares de memória: uma biblioteca de presença tão marcante, tão esteticamente relevante, e ao mesmo tempo de tão grande importância para a classe bibliotecária, certamente serve de fonte para um imaginário muito rico.

Vem de Cornelius Castoriadis (2000) um importante referencial para entender de que modo este imaginário perpassou a instituição Biblioteca Nacional; para ele, o imaginário é “criação incessante e essencialmente indeterminada [...] de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’” (p. 13). No caso que aqui comentamos, é a partir da criação da imagem da instituição solene, imbuída do espírito enciclopédico que Leibniz preconizou ainda no século XVII (BURKE, 2003, p. 98), abrigada em prédio imponente e quase intimidador, que se monta o simbolismo no qual se envolve a “Biblioteca Nacional”.

Mesmo envolta nesse simbolismo, a Biblioteca não pode se furtar a exercer suas funções na vida da sociedade em que se insere, contribuindo para, como Castoriadis ressalta, a “economia de conjunto da vida social” – funções estas que, como já comentado, são consolidadas no cenário biblioteconômico internacional e obedecem à ordem social preconizada por Bourdieu (1996). Ou seja, é preciso que haja uma dinâmica cíclica na atuação da Biblioteca: a fim de fazer jus ao seu status simbólico, é preciso manter-se ativa em sua missão, o que manterá seu simbolismo e assim por diante. Portanto, é preciso que a instituição também seja capaz de assumir a simples projeção de seu simbolismo para partir para a projeção do que a sociedade gostaria que a instituição fosse.

Com o passar do tempo, as funções das bibliotecas nacionais foram se modificando, em virtude de fatores diversos como a queda dos orçamentos destinados a elas e a inserção das tecnologias nos processos. É bem verdade que em tempos de cooperação e de redes, não há nenhuma função da biblioteca nacional que não possa ser exercida por outros organismos. Nas palavras de Line (1993, p. 89),

as bibliotecas nacionais estão muito mais seriamente ameaçadas do que as demais bibliotecas, porque elas não têm um público alvo estabelecido, nenhuma instituição a servir; elas servem às *nações*, mas essas são entidades muito amplas e nebulosas para formar um eleitorado de fato. Falando friamente, as bibliotecas nacionais não têm “fã-clube” (tradução e grifo nossos)

Mesmo assim, alguns autores apostam na perenidade da importância e do reconhecimento das bibliotecas nacionais como representantes legítimas da cultura de uma nação. Brault (1998), por exemplo, acredita que “a atitude do ser humano face ao patrimônio documentário revelará o nível de sua evolução cultural” (p. 61). Para ele, é desejável que uma instituição como a biblioteca nacional mantenha-se ocupada com a captação e preservação dos escritos do país a que se dedica. Mas questiona: “O que serão as bibliotecas nacionais do próximo milênio?” (p. 62) Quais serão os suportes que as bibliotecas captarão? Continuarão usando o nome biblioteca ou se tornarão midiatecas? Para ele, “as bibliotecas nacionais do futuro sobreviverão na medida em que se revelem indispensáveis para seu próprio país e para a rede internacional, cumprindo a função que lhes foi confiada por seu governo, função essa calcada no modelo proposto pela Unesco” (p. 64). Para Brault, uma biblioteca nacional só faz sentido se inserida numa rede de bibliotecas constituída sobre uma base política bem definida, sendo vista como “uma instituição nacional [...] essencial ao desenvolvimento cultural do Estado” (1998, p. 65).

É justamente ao pensar nas funções que a instituição Biblioteca Nacional “deve” exercer em determinado país, por “força” de uma convenção internacional, que Castoriadis

critica a visão funcionalista da colocação de uma instituição na sociedade. Para ele, apesar de tal colocação parecer absolutamente natural do ponto de vista do funcionamento da sociedade, ela implica em assumir que “o Espírito absoluto preside o nascimento ou a modificação de cada instituição que aparece na história” (p. 148). Embora reconhecendo este problema ontológico, o autor não o vê como empecilho para a identificação da importância do simbólico na sociedade; de fato, o reconhece como algo inerente tanto ao natural quanto ao histórico – em última análise, Castoriadis identifica o simbolismo como parte do racional.

Uma análise desta natureza, cujo objeto é o simbólico, evidentemente precisa lançar mão de ferramentas linguísticas que auxiliam na representação dos significantes em tela. Em nosso caso, pode-se dizer que o principal componente responsável pelo simbolismo atribuído à Biblioteca é, sem dúvida, o qualificativo “Nacional”, que busca unificar sua identidade patrimonial, sua identificação com a nação que representa, e sua desejada atuação em todo o território, não só atendendo os cidadãos brasileiros como a classe bibliotecária. A força deste adjetivo é tanta que a Biblioteca Distrital Leonel de Moura Brizola, em Brasília, adotou o nome fantasia “Biblioteca Nacional de Brasília”, por estar dentro do Complexo Cultural da República – o que, diante do quadro recente de pouco prestígio da Biblioteca Nacional do Brasil, acabou por confundir muitos usuários e bibliotecários.

Esta transposição fictícia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro para Brasília, apoiada na lógica da construção da Capital do país e na centralização de seus recursos de Estado, reforça o aspecto racional que Castoriadis mencionou estar imbricado no simbólico – exceto, talvez, por uma faceta física e pronunciadamente representativa da instituição encravada no Centro daquela que foi Capital do país até 1960: a monumentalidade do prédio, aspecto tão crucial do simbolismo envolvido na instituição que serviu de mote para iniciarmos a discussão. Enquanto que a visão da Biblioteca carioca é imponente, firme, robusta, a Biblioteca de Brasília foi projetada dentro da tradição do desenho arquitetônico de Oscar Niemeyer, de linhas simples e que, por vezes, dificultam o aspecto funcional do prédio.

FIGURA 3 – Biblioteca Nacional Leonel de Moura Brizola, em Brasília.



Projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer. Obra entregue inacabada em 2006.

Permitimo-nos neste momento uma digressão, um desenvolvimento de um raciocínio embasado no que já vimos até agora: se a Corte portuguesa era, como se sabe, francamente católica; se Dom João VI tinha tanto apreço por sua Livraria que a trouxe consigo quando veio para a então Colônia; se Dom Pedro I pagou tão caro pelo acervo para mantê-lo no novo Império; se Dom Pedro II era um homem de letras, um estadista de renome, político querido e de boa figura no exterior, por que o apreço pela Biblioteca não estendeu-se politicamente quando veio a República?

A navalha de Occam<sup>49</sup> nos vem à cabeça e suscita uma hipótese: conforme já vimos, bibliotecas eram símbolos de poder, de domínio cultural. Com o passar do tempo, a imagem permaneceu consolidada, mas à transição dos regimes políticos, de monárquicos para republicanos, esqueceu-se de informar aos governos que as bibliotecas não se sustentam sozinhas. Como diz Lilia Schwarz (2002, p. 418): “É porque na história das bibliotecas sempre se impôs esta mesma duplicidade: observadas internamente são frágeis e passageiras; vistas com maior distanciamento parecem indestrutíveis”.

#### 4 A GESTÃO DO SIMBÓLICO

Ao longo dos mais de 200 anos de existência, a Biblioteca Nacional do Brasil passou por diversas subordinações administrativas que demonstraram a teoria de Lilia Schwarz de que as bibliotecas são frágeis e passageiras – e ainda assim, de um simbolismo inegável.

---

<sup>49</sup> Princípio lógico atribuído a Guilherme de Occam, que recomenda que se necessário escolher uma teoria para explicar algo, que se escolha a que implique o menor número de entidades necessárias à explicação. O princípio recomenda assim que se escolha a teoria explicativa que implique o menor número de premissas assumidas e o menor número de entidades. Em outras palavras, a explicação mais simples (que envolve o menor número de premissas e entidades envolvidas) tende a ser a mais correta.

Desde o início da República e no começo do século XX, a Biblioteca Nacional prestava contas ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Com o desmembramento deste em 1930, a Biblioteca Nacional inaugura sua fase de subordinação ao Ministério da Educação – e Saúde, na época. O Ministério assim permaneceu até 1953, quando tornou-se Ministério da Educação e Cultura. A Biblioteca passou a pertencer à administração indireta em 1981, quando passou a integrar a Fundação Nacional Pró-Memória juntamente com o Instituto Nacional do Livro (INL). Em 1985 a Fundação sai dos auspícios da Educação e é transferida para recém-criado Ministério da Cultura (MinC), desmembrado do antigo MEC. Ali ficou até 1987, quando compôs a Fundação Nacional Pró-Leitura. Em 1990 uma nova fase administrativa é criada: por força de decreto, extingue-se o INL e a Biblioteca vira Fundação Biblioteca Nacional, entidade vinculada ao Ministério da Cultura, com duas bibliotecas subordinadas, além do recém-criado Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

A partir dos anos 70, ocuparam o posto maior de dirigente da Biblioteca Nacional onze pessoas<sup>50</sup>, sendo que, nos últimos quarenta anos, apenas quatro bibliotecárias chegaram ao posto máximo da administração da Biblioteca – e nenhum profissional bibliotecário o fez desde 1990. Consenso entre todas as gestões, desde as do século XIX, foram as dificuldades enfrentadas pela Biblioteca Nacional, resumidas em três carências: de espaço, de pessoal e de recursos financeiros. Todos os relatórios de gestão vindos a público<sup>51</sup>, sem exceção, apresentavam queixas de seus diretores nesse sentido. Além disso, outros problemas foram marcantes na história da gestão da Biblioteca. Enquanto algumas administrações foram marcadas por questões trabalhistas, de conflito com os servidores, outras foram responsáveis pelo completo apagamento da atuação da Biblioteca – e conseqüente diminuição, ou esquecimento, da força de seu simbolismo. Nas palavras de Pedro Corrêa do Lago, Presidente da Fundação no período 2003-2005, “A Biblioteca tem uma marca muito boa, mas estava dormente” (VIANNA, 2004). Corrêa do Lago foi um dos gestores mais polêmicos da BN: as

---

50 Foram Diretores-Gerais da Biblioteca Nacional a bibliotecária Jannice Monte-Mór (12/5/1971-1979), Plínio Doyle (10/5/1979-1982), Celia Zaher (1/2/1982-1984), Maria Alice Barroso (22/3/1984-1989), Lia Temporal Malcher (25/8/1989-6/7/1990) e Ronaldo Menegaz (16/7/1990-16/12/1990), interinamente, até a transição completa para o *status* de Fundação. Desde então, passaram pela Presidência da Fundação Biblioteca Nacional o escritor Affonso Romano de Sant’anna (1990-1997), Eduardo Portella, entre 1997 e 2003, Pedro Corrêa do Lago (2003-2005), o sociólogo Muniz Sodré (2005-2011) e o jornalista Galeno Amorim, no período 2011-2013. No momento, o cargo de Presidente da Fundação é ocupado por Renato Lessa, cientista político e professor.

<sup>51</sup> Os relatórios de gestão da Biblioteca Nacional foram publicados nos Anais da Biblioteca, com uma interrupção importante de 1943 a 1971, quando Jannice Monte-Mór retomou a prática de publicar os relatórios da Diretoria.

contas de sua gestão foram inicialmente rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União (e aceitas sete anos depois); além disso, foi acusado de, por negligência com a segurança na casa, ter facilitado o roubo de cerca de mil peças da coleção iconográfica da Biblioteca (JARDIM, 2012). Outra gestão polêmica foi a do jornalista Galeno Amorim, responsável por uma reestruturação administrativa da Biblioteca que, na opinião de muitos, desviou a Fundação de suas atividades primordiais e encaminhou os recursos da instituição para atender os interesses do mercado editorial (GASPARI, 2012).

Nomeado para o cargo de Presidente da Fundação em 2011 pela então ministra da Cultura Ana de Hollanda, Amorim trouxe para a estrutura da FBN a Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB), originalmente pertencente ao MinC (FILGUEIRAS, 2013). Para lá encaminhou grande parte de seus esforços e recursos, criando projetos de disponibilização de livros a baixo custo para bibliotecas e empenhando-se em empreitadas de cunho fortemente editorial, como a representação da Biblioteca na Feira do Livro de Frankfurt em 2013 e de Bolonha em 2014 (MIRANDA; CAZES, 2013). É evidente que, como suas antecessoras, a gestão Galeno Amorim herdou diversas dificuldades de ordem estrutural e técnica da Biblioteca; entretanto, neste período elas chegaram num ponto tão crítico que o dirigente chegou a ser denunciado de forma contundente pela imprensa nacional. Num último movimento para tentar equilibrar a estrutura, em janeiro de 2013 a Fundação Getúlio Vargas foi contratada para

[...] fazer o Plano Diretor até 2022. O aprimoramento dos processos administrativos, o apoio para a formação de quadros, a reorganização estatutária e, ainda, a implantação de um rigoroso sistema de gestão de projetos estão no escopo da parceria. Este contrato, de 18 meses, prevê investimentos de até R\$ 6,9 milhões. A ação principal é o apoio na realização das licitações para modernização e retrofit do prédio-sede e do novo prédio. As primeiras obras começarão já nos próximos meses com base em projetos existentes, mas as intervenções principais exigirão meses de estudo. Neste momento a equipe da FGV, com apoio nosso, está ouvindo os especialistas internos, além de especialistas brasileiros e instituições do exterior. Também será realizado nos próximos 120 dias um grande reparo do sistema central de ar-condicionado, que ficará como solução provisória até a entrada em funcionamento de um sistema novo, definitivo, que deve levar entre 24 e 30 meses. Acreditamos que em três anos teremos as intervenções principais prontas. (RODRIGUES, 2013)

A combinação de um contrato milionário para a execução de um plano diretor para a Biblioteca e das péssimas condições institucionais a que ele estava atrelado culminaram num bombardeio de notícias sobre a Biblioteca: antes camufladas, agora todas as informações sobre a situação institucional estavam sendo disseminadas pela mídia impressa, radiofônica e televisiva. Nunca se vira tantas fotos e matérias denunciando o estado de degradação da

Biblioteca como no primeiro semestre de 2013. Em março de 2013, Galeno Amorim foi exonerado pela Ministra Marta Suplicy, que substituíra Ana de Hollanda. No início do segundo semestre, a Controladoria Geral da União emitiu um relatório apontando graves problemas administrativos no exercício 2012, incluindo favorecimentos ilícitos, convênios irregulares e contratos sem licitação<sup>52</sup> (O QUE DIZ..., 2013)

É deste período crítico para a Biblioteca, em que a instituição sofreu com a falta de condições mínimas de trabalho, inundações por pane no sistema de ar condicionado, falta flagrante de pessoal e de recursos, inexistência de espaço para alocar o mais importante acervo do país, que partiu a vontade de investigar o porquê do descaso com a mais antiga instituição cultural brasileira. O editorial do jornal que publicou uma matéria polêmica, intitulada “O Ocaso da Biblioteca Nacional” (FILGUEIRAS, 2013), assinado por Marcelo Balbio (2013, p. 7), resumia:

Boa parte da fachada está encoberta por estruturas de alumínio. As catracas de segurança são cenográficas, já que não registram quem entra e sai do prédio. O ar-condicionado está parado desde maio do ano passado, e são ventiladores (alguns levados por funcionários) que precisam dar conta do recado. Cartazes nas portas avisam que é proibido usar tomadas para carregar notebooks e afins, para evitar sobrecarga na rede elétrica. Os bebedouros foram removidos para manutenção, e lá ficaram. No setor de periódicos, há 20 computadores novinhos, que até hoje nunca foram ligados. Caixas com livros são empilhadas em corredores, porque não há espaço para guarda-los. Este é o cenário que aguarda o visitante na Biblioteca Nacional, no Centro, a maior da América Latina. Entra gestor, sai gestor, os problemas se acumulam.

## 5 CAMINHOS DENTRO DO LABIRINTO

Por óbvio o presente momento está ainda muito próximo do momento crítico que apresentamos anteriormente. Entretanto, é necessário ter-se em mente que a memória é sempre uma relação com o presente: lembrar-se é sempre uma construção de um momento passado – mesmo que há pouco – a partir do momento atual. Ou seja: hoje, sob nova Presidência e decorrido pouco mais de um ano do período crítico da administração da Biblioteca, parece que qualquer perspectiva é positiva, e que a memória, mesmo que “fresca”, reconstrói um período conturbado que todos prefeririam mergulhar no esquecimento. Indispensável então assinalar que o tema trata das imbricações entre cultura, política, e as interferências do Estado no fazer cultural, na memória supostamente completa da produção de cultura letrada da Nação.

---

<sup>52</sup> Relatório n. 201305625 da Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro. Processo 01430.000163/2013-18. Disponível em: [http://sistemas.cgu.gov.br/relats/uploads/5560\\_%202012\\_FBN\\_RG201305625.pdf](http://sistemas.cgu.gov.br/relats/uploads/5560_%202012_FBN_RG201305625.pdf)

A obra na Biblioteca, referida no início do texto, “coadjuvante” na novela das nove, causou o cercamento completo do prédio com estruturas de alumínio, que foram grafitadas por jovens de uma comunidade carioca com temas relativos ao livro e leitura. Frases de intelectuais e ex-presidentes da Fundação também foram colocadas no muro temporário, chamando a atenção para a importância da leitura e informando que, apesar da aparência, a Biblioteca continua funcionando normalmente. O ar condicionado foi parcialmente consertado, mantendo a mesma estrutura da década de 50, enquanto não é possível um estudo completo para instalação de um sistema mais moderno. As caixas de livros são movidas entre prédios, mas o problema do armazenamento continua e só se resolverá quando o chamado prédio Anexo estiver em plenas condições de receber o acervo – o que ocorrerá quando a obra de transformação de um antigo silo em prédio que abrigue livros seja concluída, ou seja, em no mínimo cinco anos. Neste ponto, provavelmente também ele estará com sua capacidade de armazenamento esgotada e recomeçará a busca por outro espaço para a preciosa coleção herdada dos reis de Portugal. Como disse o jornalista Marcelo Balbio, os problemas se acumulam e se perdem nos “labirintos da Biblioteca Nacional” (MIRANDA; CAZES, 2013), título de matéria publicada anunciando o relatório de auditoria da Controladoria Geral da União que denunciava irregularidades na gestão da Biblioteca. Infelizmente, pensando na fragilidade das bibliotecas que Lilia Schwarz diagnosticou, talvez não haja solução ágil o suficiente nas vias administrativas estatais para resolver os problemas do mais importante lugar de memória brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ANAIS da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro : Biblioteca Nacional, 1876- . Anual.

BALBIO, Marcelo. Uma página ainda por virar. **Revista O Globo**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 453, p. 7, 31 mar. 2013.

BENJAMIN, Walter. **Desembalo mi biblioteca**: el arte de coleccionar. Barcelona: Centellas, 2012.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. **De la Librairie royale à la BnF**. [Paris], 2013. Disponível em: [http://www.bnf.fr/fr/la\\_bnf/histoire\\_de\\_la\\_bnf/a.sept\\_siecles.html](http://www.bnf.fr/fr/la_bnf/histoire_de_la_bnf/a.sept_siecles.html). Acesso em: 20 jun. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.

BRAULT, Jean-Rémy. A Biblioteca Nacional do futuro: algumas reflexões impertinentes. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 61-66, jan./jun. 1998.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

CABRAL, A. do Valle. Galeria dos Bibliothecarios da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro: 1822-1870. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, v. 1, p. 158-160, 1878.

CARTAS de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 56, 1938,

CARVALHO, Gilberto Vilar de. **Biografia da Biblioteca Nacional (1807-1990)**. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHUVA, Marcia. **Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009

DARTON, Robert. **Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime**. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

EM FAMÍLIA. [Rio de Janeiro: 2014]. Disponível em: <<http://gshow.globo.com/novelas/em-familia/index.html>>. Acesso em: 07 ago. 2014.

FILGUEIRAS, Mariana. O Ocaso da Biblioteca Nacional. **Revista O Globo**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 453, p. 34-39, 31 mar. 2013. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/cultura/o-ocaso-da-biblioteca-nacional-7990961#ixzz2YrGdNRmV> >. Acesso em: 31 mar. 2013.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. 2014. Disponível em: <<http://www.bn.br>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

GASPARI, Elio. A privatária arruína a Biblioteca Nacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 set. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/columnas/eliogaspari/1147041-a-privataria-arruina-a-biblioteca-nacional.shtml> . Acesso em: 02 set. 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

HUMPHREYS, K. W. **A national library in theory and in practice**. [London]: The British Library, 1987.

JARDIM, Lauro. Em situação regular. **Veja**, São Paulo, 14 mar. 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/tag/pedro-correa-do-lago/> Acesso em: 15 jun. 2014.

LAGO, Pedro Corrêa do. Mil dias na Biblioteca Nacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 out. 2005. Disponível em: [http://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=128&titulo=Mil\\_dias\\_na\\_Biblioteca\\_Nacional](http://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=128&titulo=Mil_dias_na_Biblioteca_Nacional) . Acesso em: 15 jun. 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. Ed. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1996.

LINE, Maurice B. The changing role of National Libraries. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON NATIONAL LIBRARIES: towards the 21<sup>st</sup> century, Taipei, Apr 20-24. Proceedings... Taipei, 1993. P. 87-104.

MEMÓRIA Globo: Roda de Fogo. 2013a. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/roda-de-fogo/galeria-de-personagens.htm> . Acesso em: 12 jun. 2014.

MEMÓRIA Globo: Sabor da Paixão. 2013b. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/sabor-da-paixao/galeria-de-personagens.htm> . Acesso em: 12 jun. 2014.

MIRANDA, André; CAZES, Leonardo. Os Labirintos da Biblioteca Nacional. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 jul. 2013. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/cultura/os-labirintos-da-biblioteca-nacional-9073525#ixzz2ZRhUEKuT> > Acesso em: 18 jul. 2013.

MONTE-MÓR, Jannice. Patrimônio Bibliográfico e a Problemática das Bibliotecas Nacionais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 163-170, 1987.

MORAES, Rubens Borba de. **Depoimento de Rubens Borba de Moraes**: n. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, SPHAN, 1987.

\_\_\_\_\_. Relatório do Diretor da Divisão de Preparação da Biblioteca Nacional ao Ministro da Educação e Saúde (março de 1945). Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 91-106, jan./jun. 1974.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

O QUE DIZ o documento da CGU sobre a Biblioteca Nacional. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jul 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/o-que-diz-documento-da-cgu-sobre-biblioteca-nacional-9073704> . Acesso em: 18 jul. 2013.

RODRIGUES, Maria Fernanda. “Obras devem levar no mínimo dez anos”, afirma presidente da Biblioteca Nacional. **Portal Aprendiz**, 26 fev. 2013. Disponível em: < <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2013/02/26/obras-devem-levar-no-minimo-dez-anos-afirma-presidente-da-biblioteca-nacional> /> Acesso em: 15 jul. 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da Biblioteca dos reis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TV BRASIL. Raro documentário sobre a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Direção José Alberto Nobreporto. 1974. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d1qow2ccg9s> Acesso em: 02 ago. 2014.

UNESCO. **Unesco Symposium on National Libraries in Europe**, Vienna, 8-27 September 1958: final summary report. Paris: 1958.

VIANNA, Luiz Fernando. Corrêa do Lago causa receio por Lei do Livro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 jun. 2004. Disponível em:  
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u44814.shtml> . Acesso em: 04 maio 2014.